

Demonstrações Contábeis Regulatórias

**Companhia de Transmissão Centroeste de
Minas S.A.**

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025.....	2
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias.....	6
BALANÇOS PATRIMONIAIS	9
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	11
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	12
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	14
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	15
1. CONTEXTO OPERACIONAL	15
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	16
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	18
4. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS	18
5. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS	19
6. IMOBILIZADO	19
7. FORNECEDORES	20
8. ENCARGOS SETORIAIS	20
9. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.....	20
10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21
11. RECEITA.....	23
12. CUSTOS GERENCIÁVEIS	23
13. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	24
14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	24
15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	25
16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	28
17. NOTAS DE CONCILIAÇÃO	31
TERMO DE RESPONSABILIDADE	37

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

Senhores Acionistas,

A Companhia de Transmissão Centroeste de Minas (“Companhia” ou “Centroeste”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias, e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A CENTROESTE

Linhas de transmissão em operação – características físicas

Linha de transmissão	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capacidade transformação (MVA)	Início operação comercial	Vencimento da outorga
LT Furnas - Pimenta	simples	345	61,03	1.123	25/03/2010	03/03/2025

Linhas de transmissão em operação – características financeiras

Linha de Transmissão	Propriedade	RAP Regulatória (jul/25 a jun/26)	RAP Proporcional	Ano degrau da RAP	Mês Reajuste	Índice de Correção
LT Furnas - Pimenta	100%	16.078	16.078	2025	Julho	IGPM

RAP esperada para o exercício – R\$ em moeda corrente

Linha de Transmissão - RAP esperada - ano civil	2023 Realizado	2024 Realizado	2025 Realizado	2026	2027	2028	2029
LT Furnas - Pimenta	23.350.803	21.250.453	15.752.372	12.020.614	12.423.245	12.838.696	13.271.968

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 89.031 (R\$ 28.000 mil em 2024) mil, subscrito e integralizado, dividido em 89.030.983 (28.000.000 em 2024) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão – Cemig GT.

AMBIENTE REGULATÓRIO

O negócio de transmissão tem sua receita regulada pela Aneel e consiste na remuneração dos ativos pela sua disponibilidade aos usuários. A metodologia do modelo regulatório é o *Revenue-cap*, que consiste na definição de um teto de receita a ser auferido pela transmissora no período.

A ANEEL define a receita de novos ativos através de Resoluções Autorizativas, que estabelece a Receita Anual Permitida – RAP previamente com direito a recebimento da RAP a partir da data de entrada comercial do ativo, sendo reajustada nos processos de Reajuste Anual em 01 julho de cada ano e reposicionadas nos processos de Revisão Periódica da Receita que ocorrem a cada 5 anos. O primeiro processo tem por objetivo corrigir a RAP homologada pelo índice de reajuste que consta em cada contrato de Concessão, adicionar à RAP a receita oriunda dos reforços e melhorias que entraram em operação comercial no último ciclo tarifário (julho do ano anterior a junho do ano de reajuste). O processo de Revisão Tarifária Periódica - RTP, por sua vez, consiste na reavaliação dos ativos e recálculo dos parâmetros eficientes de cobertura regulatória de custos operacionais, outras receitas e remuneração dos ativos.

Em 2025, os contratos de concessão da empresa tiveram apenas processos de reajuste tarifário. Desta forma, a receita deste contrato (contrato de concessão nº 004/2005) teve reajuste da receita pelo IGPM. Além da correção monetária, teve redução da RAP em função da redução da receita no 15º ano prevista em contrato para ocorrer em 25 de março de 2025.

RAP homologada para o ciclo 2025-2026

As RAPs do ciclo 2025-2026 dos contratos de concessão da companhia foram estabelecidas em R\$ 16.078 mil (26.008 mil em 2024) representando uma redução de 38,2%. No período, os IGPM variou 7,02%.

INVESTIMENTOS

Com a finalidade de manter a adequada funcionalidade e disponibilidade da usina, a Cemig Transmissão Centroeste, realiza os investimentos necessários para a manutenção dos processos e rotinas da usina, além de atendimento a requisitos legais ambientais.

Através de técnicas de engenharia de confiabilidade, é realizado o diagnóstico de suas instalações com o objetivo de identificar os investimentos necessários para garantir a disponibilidade do ativo, redução dos riscos estruturais e funcionais e às pessoas e equipamentos, e atendimento aos requisitos ambientais, regulatórios e obrigações legais.

Em 2025, a companhia investiu R\$ 31.382 mil, desse montante destacam-se serviços e materiais referente a construção da nova linha de transmissão de 230 kV, Governador Valadares 6 – Verona, concessão adquirida através do leilão da Aneel 02/2022, Lote 1, vencido pela Cemig. Foi identificada a oportunidade de utilização da Centroeste para ganhos de licitação, construção e gestão desta nova LT, após a construção. Além de ganhos tributários. Previsão de término obra para junho de 2026.

DESEMPENHO ECONÔMICO

Resultado do exercício

A Companhia obteve um resultado regulatório de R\$12.026 mil em 2025, comparado ao resultado de R\$ 26.324 mil em 2024. O resultado da Companhia é composto, principalmente, pela receita de operação e manutenção da linha de transmissão Furnas – Pimenta.

Receita operacional bruta

A receita operacional bruta foi de R\$ 20.150 mil em 2025, em comparação a R\$ 33.596 mil em 2024. A receita da Companhia é composta, principalmente, pela receita de construção da linha de transmissão Valadares - Verona e da receita de operação e manutenção da linha de transmissão Furnas – Pimenta.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2025, o LAJIDA foi de R\$ 15.496 mil (R\$ 28.063 mil em 2024) e a margem do LAJIDA foi de 74,66% no mesmo período (83,53% em 2024), conforme demonstrado a seguir:

R\$ mil	2025	2024	Var. %
Resultado líquido	12.026	26.324	(54)
Despesa de IR e CS	887	1.475	(40)
Resultado financeiro	713	(1.174)	(161)
Depreciação e amortização	1.870	1.438	30
LAJIDA ⁽¹⁾	15.496	28.063	(45)

⁽¹⁾ LAJIDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO SOCIETÁRIO

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2026, que, ao resultado societário do exercício de 2025, no montante de R\$6.541, e do saldo de lucros acumulados no valor de R\$ 2.967, seja dado a seguinte destinação:

- R\$ 327 mil para constituição de reserva legal,
- R\$4.591 mil para constituição de dividendos obrigatórios, e;
- R\$4.590 mil, sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de retenção de lucros, para garantir a execução do programa de investimentos da Companhia.

Contudo, devido à indisponibilidade de caixa da Companhia, conforme apresentado pela Administração, os dividendos obrigatórios serão destinados para constituição de reserva especial, a ser pago como dividendo assim que a situação financeira da Companhia permitir, compondo o saldo da reserva de retenção de lucros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia manifesta seu agradecimento aos seus acionistas controladores pela confiança e apoio recebido durante o ano. Estende, também, os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis regulatórias de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

A Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 31 de julho de 2026.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 31 de julho de 2026
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Thiago Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 1SP259468/O-7

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	766	2.746
Investimentos temporários	4	7.501	5.976
Concessionárias e permissionárias	5	1.501	2.303
Tributos compensáveis		934	177
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		494	364
Depósitos judiciais		7.150	6.223
Outros créditos		741	513
TOTAL DO CIRCULANTE		19.087	18.302
NÃO CIRCULANTE			
Investimentos temporários	4	-	2.254
Depósitos judiciais		389	389
Tributos diferidos		367	331
Imobilizado	6	98.620	68.554
Intangível		1.376	1.147
Direito de uso		56	58
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		100.808	72.733
ATIVO TOTAL		119.895	91.035

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
CIRCULANTE			
Fornecedores	7	133	6.084
Impostos, taxas e contribuições	9	236	535
Encargos setoriais	8	269	172
Dividendos a pagar	10	18.076	13.486
Convênio de compartilhamento	15	177	1.178
Passivo de arrendamento		6	6
Outros passivos		12	13
TOTAL DO CIRCULANTE		18.909	21.474
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	7	20	22
Encargos setoriais	8	103	70
Tributos diferidos		66	64
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	63	104
Passivo de arrendamento		63	65
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		315	325
TOTAL DO PASSIVO		19.224	21.799
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	10		
Capital social		89.031	28.000
Reservas de lucros		11.640	41.236
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		100.671	69.236
PASSIVO TOTAL		119.895	91.035

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais)

	Notas	2025	2024
RECEITA			
Receita de transmissão de energia elétrica	11	20.756	33.596
TRIBUTOS	11	(756)	(1.216)
PIS/Pasep		(134)	(216)
Cofins		(622)	(1.000)
ENCARGOS – PARCELA “A”	11	(919)	(1.035)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(190)	(312)
Reserva Global de Reversão - RGR		(656)	(623)
Taxa Fiscalização Serv. Energia Elétrica – TFSEE		(73)	(100)
RECEITA LÍQUIDA		19.081	31.345
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		19.081	31.345
CUSTOS GERENCIÁVEIS - PARCELA "B"	12	(6.881)	(4.720)
Serviços de terceiros		(1.799)	(1.658)
Materiais		45	(74)
Encargos de transmissão		(357)	(325)
Depreciação		(1.870)	(1.436)
Amortização direito de uso		(2)	(2)
Provisões		(3.010)	(75)
Outros custos operacionais		112	(1.150)
RESULTADO DA ATIVIDADE		12.200	26.625
Resultado financeiro	13	713	1.174
Receitas financeiras		799	1.226
Despesas financeiras		(86)	(52)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		12.913	27.799
Despesa com tributos sobre o lucro	14	(887)	(1.475)
RESULTADO LÍQUIDO		12.026	26.324

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais)

	2025	2024
RESULTADO DO EXERCÍCIO	12.026	26.324
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	12.026	26.324

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Reservas de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	28.000		3.780	18.672	-	50.452
Dividendo obrigatório não distribuído	-	-	-	5.946	-	5.946
Resultado do exercício	-	-	-	-	26.324	26.324
Destinação do lucro proposta à AGO:						
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	(13.486)	(13.486)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	13.485	(13.485)	-
Absorção/Constituição de prejuízos regulatórios	-	-	-	(647)	647	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	28.000		3.780	37.456	-	69.236
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	24.000	-	-	-	24.000
Aumento de capital	61.031	(24.000)	-	(37.031)	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	12.026	12.026
Destinação do lucro proposta à AGO:						
Reserva legal	-	-	327	-	(327)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	(4.591)	(4.591)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	4.590	(4.590)	-
Absorção/Constituição de prejuízos regulatórios	-	-	-	2.518	(2.518)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	89.031		4.107	7.533	-	100.671

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais)

	2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	12.026	26.324
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos (Nota 14)	887	1.475
Depreciação (Nota 12)	1.870	1.436
Amortização direito de uso	2	2
Juros passivo de arrendamento (Nota 13)	5	6
Juros e variações monetárias (Nota 13)	(740)	(1.111)
Baixa líquida de ativo imobilizado (Nota 6)	801	32.546
	14.851	60.678
(Aumento) Redução de ativos		
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (Nota 14)	234	(190)
Concessionárias e permissionárias (Nota 5)	(802)	793
Tributos compensáveis	(793)	(225)
Depósitos judiciais	(927)	(5.836)
Outros ativos	335	140
	(1.953)	(5.318)
(Redução) Aumento de passivos		
Fornecedores (Nota 7)	(5.953)	4.100
Impostos, taxas e contribuições (Nota 9)	(297)	234
Imposto de renda e contribuição social (Nota 14)	(405)	(364)
Encargos setoriais (Nota 8)	130	(62)
Convênio de Compartilhamento (Nota 15)	(1.001)	1.043
Outras obrigações	(1)	(64)
	(7.527)	4.887
Caixa gerado pelas atividades operacionais	5.371	60.247
Juros resgatados (Nota 4)	540	911
Imposto de renda e contribuição social pagos (Nota 14)	(876)	(1.411)
Juros de arrendamentos pagos	(5)	(6)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	5.035	59.747
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações em investimentos temporários (Nota 4)	(33.612)	(26.360)
Resgate de Investimentos temporários (Nota 4)	34.540	24.599
Adição de imobilizado (Nota 6)	(31.938)	(60.009)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(31.010)	(61.770)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	24.000	
Arrendamentos pagos	(5)	(2)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	23.995	(2)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.980)	(2.025)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	2.746	4.771
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	766	2.746
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.980)	(2.025)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A. (“Centroeste” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado e autorizado, tendo como acionista a Cemig Geração e Transmissão – Cemig GT, constituída com o objetivo de construção, implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional, nos termos dos Contratos de Concessão com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL.

A Companhia iniciou as suas atividades operacionais em abril de 2010.

Em 13 de abril de 2023, o Conselho de Administração da Cemig aprovou o aporte de recursos, no montante de R\$221.519, pela Cemig Geração e Transmissão na Centroeste no período entre 2023 e 2026 conforme necessidade e geração de caixa da Companhia. O objetivo é a implantação da LT 230 kV Governador Valadares 6 – Verona que será operada e mantida pela Centroeste. Atualmente estão sendo realizadas as atividades relacionadas a regularização fundiária, ambiental, elaboração do projeto executivo, entre outras. Foi emitida a licença prévia-LP pelo IBAMA no dia 26 de novembro de 2025, com a definição de traçado e das condicionantes para obtenção da Licença de Instalação-LI.

A Cemig Geração e Transmissão, via contratos de compartilhamento de infraestrutura, de engenharia e de operação e manutenção regulados pela ANEEL, executa as atividades serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel por meio da Resolução Normativa nº 933 de 18 de maio de 2021.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis.

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Financeiras societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias preparadas de acordo com estas práticas.

Em 31 de julho de 2026, a Diretoria Executiva da Companhia aprovou e autorizou a emissão das Demonstrações Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Contábeis Regulatórias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis Regulatórias exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 – Concessionárias e permissionárias (contas a receber não faturado);
- Nota 6 – Imobilizado (previsão de vida útil dos ativos); e
- Nota 14 – Imposto de renda e contribuição social (reconhecimento do diferido, previsão de lucros tributáveis futuros e incertezas sobre os tributos sobre o lucro).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis regulatórias devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5. Políticas contábeis regulatórias

As políticas contábeis materiais utilizadas são as mesmas do societário e estão apresentadas nas demonstrações financeiras societárias, conforme a nota 2.9, exceto quanto ao que estabelece a norma a seguir:

Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são registrados, inicialmente, pelo custo incorridos na data da aquisição ou formação. São avaliados pelo Valor Novo de Reposição – VNR e deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas na Resolução 674/15, Manual de Controle Patrimonial vigente emitido pelo Órgão Regulador, que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de transmissão de energia elétrica.

Os ativos não depreciados até o final da concessão serão revertidos para o Poder Concedente com a indenização dessa parcela não depreciada. Ganhos e perdas

resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado no momento do encerramento das ordens de desativação e de alienação.

Nas demonstrações financeiras societárias, os saldos do Imobilizado, referente aos ativos de transmissão, são registrados no ativo de contrato, sendo reclassificados para o Imobilizado para fins das demonstrações contábeis regulatórias. Os valores correspondentes à depreciação nas demonstrações contábeis regulatórias não são reconhecidos nas demonstrações financeiras societárias. Nas demonstrações societárias a realização do ativo do contrato ocorre no recebimento da receita.

Ativo intangível no segmento de transmissão

Os ativos intangíveis, são inicialmente reconhecidos pelo custo de aquisição e compreendem, principalmente, os ativos referentes à servidão. São mensurados pelo Valor Novo de Reposição - VNR, menos as despesas de amortização. A amortização, quando aplicável, é calculada pelo método linear.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Indexador	Taxa média a.a. %		2025	2024
	2025	2024		
Contas bancárias			67	80
Aplicações financeiras				
Overnight ⁽¹⁾	Pré-fixada	14,60% a 14,90% 11,91% a 12,15%	699	2.666
Total			766	2.746

(1) Consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

4. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

Indexador	Taxa média a.a. %		2025	2024
	2025	2024		
Circulante				
Letras Financeiras Bancos - LFs	CDI	103,5% a 110,02% 108,6% a 111,98%	6.546	4.679
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	Variação Selic	15,11%.a 15,12% 11,83% a 11,85%	862	1.213
Debêntures	CDI	TR + 1% a 109,88% TR + 1% e 118,69%	93	84
			7.501	5.976
Não circulante				
Letras Financeiras Bancos - LFs	CDI	103,5% a 110,02%	-	2.254
			-	2.254
			7.501	8.230

As aplicações em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 16 destas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

A Companhia classifica de forma consistente os rendimentos resgatados desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entendem que essa é a apresentação mais adequada de acordo com suas atividades.

5. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Descrição	Valores correntes						2025	2024
	Corrente a vencer			Corrente vencida				
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		
Transmissão de energia	1.162	-	8	-	-	331	1.501	2.303
Concessionárias e permissionárias	1.162	-	8	-	-	331	1.501	2.303
TOTAL	1.162	-	8	-	-	331	1.501	2.303

6. IMOBILIZADO

Ativo Imobilizado - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2025			2024		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço							
Transmissão		48.968	(21.958)	27.010	47.812	(20.887)	26.925
Custo histórico	2,97	48.968	(21.958)	27.010	47.812	(20.887)	26.925
Em curso							
Geração		71.610	-	71.610	41.629	-	41.629
TOTAL AIS + AIC		120.578	(21.958)	98.620	89.441	(20.887)	68.554

A movimentação do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em serviço – R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2025	Adição (A)	Baixa (B)	Outros. (C)	Valor bruto em 31/12/2025	Adições líquidas = (A) - (B)+(C)	Deprec. acum.	Valor líquido em 31/12/2025
Transmissão	47.812	-	(801)	1.957	48.968	1.156	(21.958)	28.166
Máquinas e equipamentos	47.812	-	(801)	1.957	48.968	1.156	(21.958)	27.010
Subtotal	47.812	-	(801)	1.957	48.968	1.156	(21.958)	27.010

Ativo Imobilizado em curso – R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2024	Adição (A)	Baixa (B)	Transf./Capital. (C)	Valor bruto em 31/12/2025	Adições líquidas = (A) - (B) + (C)	Deprec. acum.	Valor líquido em 31/12/2025
Transmissão								
Máquinas e equipamentos	41.629	31.938	-	(1.957)	71.610	29.981	-	71.610
Subtotal	41.629	31.938	-	(1.957)	71.610	29.981	-	71.610
Total do ativo Imobilizado	89.441	31.938	(801)	-	120.578	31.137	(21.958)	98.620

7. FORNECEDORES

	2025	2024
Circulante		
Suprimento e transporte de energia elétrica	56	40
Materiais e serviços	77	6.044
Não Circulante		
Retenção Contratual	20	22
TOTAL	153	6.106

8. ENCARGOS SETORIAIS

	2025	2024
Passivo circulante		
Reserva Global de Reversão - RGR	133	65
Taxa de fiscalização da ANEEL	5	8
Pesquisa Expansão Sistema Energético	5	8
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	9	16
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	114	70
CDE sobre P&D	3	5
	269	172
	2025	2024
Passivo não circulante		
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	103	70
	103	70
	372	242

9. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2025	2024
Circulante		
Cofins	71	96
PIS/Pasep	15	21
INSS	76	98
Outros	74	320
	236	535
Não circulante		
Cofins	54	53
PIS/Pasep	12	11
	66	64
TOTAL	302	599

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado era de R\$89.031(R\$ 28.000 em 2024), representado por 89.030.983 (28.000.000 em 2024) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão S.A.

Considerando que o capital social era de R\$28.000, e o saldo das reservas de lucros, excluindo a reserva de lucros a realizar, alcançou o montante de R\$65.031, excedendo o capital social em R\$37.031, ocorreu o aumento do capital social em R\$37.031.

A Companhia possuía um saldo de R\$24.000 a título de AFAC que foi integralizado ao capital social.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

Reservas

Reserva de lucros

A composição da conta reservas de lucros é demonstrada como segue:

Reservas de lucros	2025	2024
Reserva legal	4.107	3.780
Reserva de lucros (Dividendos adicionais propostos)	4.590	13.485
Retenção de lucros	425	24.618
Absorção/constituição de prejuízos regulatórios	2.518	(647)
	11.640	41.236

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$ 327 mil de reserva legal em 2025, correspondendo a 5,00% do lucro societário no exercício.

b) Dividendos

A obrigação de pagar dividendos é reconhecida quando a distribuição é autorizada ou conforme previsão legal e/ou estatuto social. Diante da legislação aplicável e do Estatuto da Companhia, que prevê um pagamento de dividendos mínimos de 50% do

lucro líquido societário do exercício, este é considerado uma obrigação presente na data do encerramento do exercício social, sendo reconhecido como um passivo.

O Art. 204 da Lei das SA estabelece que o Estatuto Social poderá autorizar os órgãos de Administração a declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

O estatuto social da Companhia estabelece que a Diretoria Executiva poderá declarar dividendos extraordinários, adicionais, intermediários ou intercalares, inclusive com antecipação total ou parcial do dividendo obrigatório do exercício em curso, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos para 2025 e 2024 foram conforme segue:

	2025	2024
Dividendos obrigatórios		
Lucro líquido societário do exercício	6.541	21.698
Reserva Legal	(327)	-
Reserva de lucros a realizar	2.967	5.273
	9.181	26.971
Dividendos obrigatórios	4.591	13.486
Retenção de lucros (Reserva para investimento)	4.590	13.485
Total dos dividendos	9.181	26.971

c) Destinação do resultado societário de 2025 - Proposta da Administração

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2026, que, ao resultado societário do exercício de 2025, no montante de R\$ 6.541 e do saldo de lucros acumulados no valor de R\$ 2.967, seja dada a seguinte destinação:

- R\$327 para constituição de reserva legal;
- R\$4.591 para pagamento de dividendos obrigatórios; e
- R\$4.590 sejam mantidos no Patrimônio Líquido, na conta de Reserva de Retenção de Lucros, para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia.

d) Movimentação dos dividendos obrigatórios

Saldo em 31 de dezembro de 2024	13.486
Reserva de lucros (Dividendos adicionais propostos)	4.590
Saldo em 31 de dezembro de 2025	18.076

11. RECEITA

	2025	2024
Receita de transmissão com energia elétrica	18.569	25.990
Subvenções vinculadas ao Eust	2.187	7.502
Outras receitas operacionais	-	104
Deduções à receita operacional (a)	(1.675)	(2.251)
Receita operacional líquida	19.081	31.345

a) Tributos e encargos incidentes sobre a receita

	2025	2024
PIS/Pasep	134	216
Cofins	622	1.000
Reserva Global de Reversão – RGR	656	623
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	190	125
Taxa de Fiscalização Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	73	100
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	-	125
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	-	62
Total das deduções	1.675	2.251

12. CUSTOS GERENCIÁVEIS

	2025	2024
Serviços de terceiros (a)	1.799	1.658
Materiais	45	74
Compartilhamento de infraestrutura	357	357
Depreciação e amortização	1.870	1.436
Amortização direito de uso	2	2
Provisões ⁽¹⁾	3.110	75
Outros custos e despesas operacionais	(113)	1.150
	6.880	4.720

(1) O aumento nas provisões se referem, principalmente, a ações patrimoniais de valores de indenizações na discussão sobre a aquisição de terrenos.

a) Serviços de terceiros

	2025	2024
Operação e manutenção	1.563	1.256
Conservação e limpeza de prédios	7	-
Energia elétrica	2	148
Tecnologia da informação	90	-
Auditoria	38	-
Outros	99	254
TOTAL	1.799	1.658

13. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2025	2024
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	758	1.176
Outras receitas financeiras	41	50
	799	1.226
Despesas financeiras		
Juros passivo de arrendamento	(5)	(6)
Outras despesas financeiras	(81)	(46)
	(86)	(52)
Resultado financeiro	713	1.174

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda e da contribuição social com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	2025	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Receita de Uso de Rede	21.696	21.696
Percentual de Presunção	8%	12%
Receita Operacional Tributada	1.736	2.604
Receita Financeira sobre resgate efetivo de aplicações financeiras	804	804
Outras Receitas Financeiras	41	41
Base de Cálculo	2.581	3.449
Alíquota	15%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social	387	310
Imposto de Renda adicional (10% sobre o valor superior a R\$180)	234	-
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Total	621	310
Rendas de aplicações	758	758
Rendas de aplicações resgatadas	804	804
Rendas de aplicações não resgatadas	(46)	(46)
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(10)	(4)
Receita por competência diferida	(941)	(941)
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	(75)	(113)
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(19)	(10)
Corrente	621	310
Diferido	(29)	(15)

2024

	Imposto de Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Receita de Uso de Rede	33.678	33.678
Percentual de Presunção	8%	12%
Receita Operacional Tributada	2.694	4.041
Receita Financeira sobre resgate efetivo de aplicações financeiras	1.155	1.155
Outras Receitas Financeiras	51	51
Base de Cálculo	3.900	5.247
Alíquota	15%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social	585	472
Imposto de Renda adicional (10% sobre o valor superior a R\$180)	366	-
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Total	951	472
Ajuste de ECF	47	-
Ativo de Contrato	(5.999)	(5.999)
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo	(480)	(720)
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Ativo de Contrato	(120)	(65)
Rendas de aplicações	1.176	1.176
Rendas de aplicações resgatadas	1.155	1.155
Rendas de aplicações não resgatadas	21	21
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social	5	2
Receita por competência diferida	(81)	(81)
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	(6)	(10)
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2)	(1)
Corrente	998	472
Diferido	(116)	(64)

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

Encargos

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Encargos de transmissão								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	-	10	133	171	(155)	(148)
Norte Energia	265	254	-	-	792	1.020	-	-
Volta do Rio	-	-	-	-	3	3	-	-
Cemig Distribuição	-	-	-	-	1.046	1.440	-	-

Os Encargos de Transmissão são valores mensais devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão pela prestação dos serviços de transmissão, calculados em função das tarifas e dos montantes de uso do sistema de transmissão contratados, em conformidade com a regulamentação definida pela Aneel.

Prestação de Serviços

Os saldos de prestação de serviço referem-se a contratos de prestação de serviços de operação e manutenção de usinas e de redes de transmissão e de redes de distribuição.

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Cemig Geração e Transmissão	-	-	-	-	-	-	(958)	-

Convênio de compartilhamento

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Infraestrutura e recursos humanos								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	-	142	-	-	(437)	(142)
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	-	-	-	-	-	(171)
Cemig SIM	-	-	-	-	-	-	-	(112)
Operação e manutenção								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	70	134	-	-	-	(1.017)

A Companhia possui dois contratos de compartilhamento de gastos com empresas do Grupo, trata-se do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura e do convênio de operação e manutenção da geração de energia elétrica.

O convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo foi anuído pelo Despacho Aneel 1.475/2022 e inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Já o convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração foi anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020 e inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica.

Juros sobre Capital Próprio e Dividendos

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Cemig Geração e Transmissão	-	-	4.591	-	-	-	-	-

A Diretoria Executiva aprovou a declaração de Dividendos no total de R\$4.591. Os detalhes acerca da composição e movimentação dos Dividendos estão presentes na nota explicativa nº 10.

FIC Pampulha

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Circulante								
Caixa e equivalentes	699	2.666	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	7.501	5.976	-	-	219	265	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	-	2.254	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são demonstrados na tabela abaixo:

	2025	2024
Remuneração	37	28
Participação nos resultados	14	8
Previdência privada	1	2
Total	52	38

A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 1.475/2022.

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2025		2024	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado					
Concessionárias e permissionárias	2	1.501	1501	2.303	2.303
Títulos e valores mobiliários	2	2.819	2819	2.254	2.254
		4.320	4320	4.557	4.557
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	1	766	766	2.746	2.746
Títulos e valores mobiliários/Investimentos Temporários					
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	3.727	3727	4.679	4.679
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	862	862	1.213	1.213
Debenture	2	93	93	84	84
		5.448	5448	8.722	8.722
		9.768	9768	13.279	13.279

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2025 e 2024.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis da hierarquia na mensuração do valor justo, sendo estas classificadas integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: mensurado a partir das cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

a) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de taxa de juros

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas despesas financeiras atreladas aos empréstimos e debêntures em moeda nacional, e pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

Risco de Liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez por meio de um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações de overnight remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas, incluindo as atualizações monetárias até as datas de vencimentos contratuais, está apresentado conforme abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos financeiros						
Fornecedores	133	-	-	20	-	153
Passivo de arrendamentos	1	2	3	26	98	130
	134	2	3	46	98	283

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados. A principal fonte de receitas da Companhia advém da operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Furnas – Pimenta II, 345KV, nos termos do Contrato de Concessão firmado com a União Federal. Portanto, o risco de crédito é considerado baixo.

Riscos regulatórios

A Companhia está sujeita à extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, Aneel, ONS e Ministério do Meio Ambiente.

17. NOTAS DE CONCILIAÇÃO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

a) Conciliação do ativo societário e regulatório

Nota	2025			2024		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	766	-	766	2.746	-	2.746
Investimentos temporários	7.501	-	7.501	5.976	-	5.976
Concessionárias e permissionárias	1.501	-	1.501	2.303	-	2.303
Tributos compensáveis	934		934	177	-	177
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	494	-	494	364	-	364
Ativo contratual	17.1	-	13.398	-	17.701	17.701
Depósitos judiciais		7.150	-		6.223	-
Outros créditos	17.1	741	(2)	513	-	513
TOTAL DO CIRCULANTE	19.087	13.396	32.483	18.302	17.701	36.003
NÃO CIRCULANTE						
Investimentos temporários		-	-	2.254	-	2.254
Depósitos judiciais		389	-	389	-	389
Tributos diferidos		367	-	331	-	331
Ativo contratual	17.1	-	135.764	-	107.396	107.396
Imobilizado	17.1	98.620	(95.504)	68.554	(66.049)	2.503
Intangível	17.1	1.376	(1.376)	1.147	(1.147)	-
Direito de uso		56	-	58	-	58
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	100.808	38.884	139.692	72.733	40.200	112.931
ATIVO TOTAL	119.895	52.280	172.175	91.035	57.901	148.934

b) Conciliação do passivo societário e regulatório

	Nota	2025			2024		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
CIRCULANTE							
Fornecedores		133	-	133	6.084	-	6.084
Impostos, taxas e contribuições	17.3	236	489	725	535	646	1.181
Encargos setoriais		269		269	172	-	172
Dividendos a pagar		18.076	-	18.076	13.486	-	13.486
Partes relacionadas		177	-	177	1.178	-	1.178
Passivo de arrendamento		6		6	6	-	6
Outros passivos		12		12	13		13
TOTAL DO CIRCULANTE		18.909	489	19.398	21.474	646	22.484
NÃO CIRCULANTE							
Fornecedores		20	-	20	22	-	22
Encargos setoriais		103	-	103	70	-	70
Tributos diferidos	17.3	66	2.551	2.617	64	2.466	2.530
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.4	63	2.565	2.628	104	2.629	2.733
Passivo de arrendamento		63		63	65	-	65
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		315	5.116	5.431	325	5.095	5.420
TOTAL DO PASSIVO		19.224	5.605	24.829	21.799	5.741	27.904
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social		89.031	-	89.031	28.000	-	28.000
Reservas de lucros	17.1,17.3,17.4	11.640	46.675	58.315	41.236	52.160	93.396
Prejuízos acumulados		-	-	-	-	-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		100.671	46.675	147.346	69.236	52.160	121.396
PASSIVO TOTAL		119.895	52.280	172.175	91.035	57.901	149.300

c) Conciliação do resultado societário e regulatório

	Notas	2025			2024		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
RECEITA	11	20.756	24.064	44.820	33.596	23.266	56.862
Remuneração do ativo contratual	17.1	-	13.842	13.842	-	21.851	21.851
Receita de construção	17.2	-	26.805	26.805	-	29.115	29.115
Subvenções vinculadas ao EUST		2.187	(605)	1.582	7.502	-	7.502
Outras receitas operacionais		-	-	-	104	-	104
Receita de transmissão com energia elétrica		18.569	(15.978)	2.591	25.990	(27.700)	(1.710)
TRIBUTOS		(756)	72	(684)	(1.216)	219	(997)
PIS/Pasep	17.3	(134)	13	(121)	(216)	39	(177)
Cofins	17.3	(622)	59	(563)	(1.000)	180	(820)
ENCARGOS – PARCELA “A”		(919)	-	(919)	(1.035)	-	(1.035)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(190)	-	(190)	(312)	-	(312)

	Notas	2025			2024		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Reserva Global de Reversão - RGR		(656)	-	(656)	(623)	-	(623)
Taxa Fiscalização Serv. Energia Elétrica – TFSEE		(73)	-	(73)	(100)	-	(100)
RECEITA LÍQUIDA		19.081	24.136	43.217	31.345	23.485	54.830
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		19.081	24.136	43.217	31.345	23.485	54.830
CUSTOS GERENCIÁVEIS - PARCELA "B"		(6.881)	(29.682)	(36.563)	(4.720)	(28.296)	(33.016)
Serviços de terceiros		(1.799)	-	(1.799)	(1.658)	-	(1.658)
Materiais	17.1	45	(137)	(92)	(74)	(2.258)	(2.332)
Encargos de transmissão		(357)	-	(357)	(325)	-	(325)
Depreciação	17.1	(1.870)	1.870	-	(1.436)	1.436	-
Amortização direito de uso		(2)	2		(2)	2	
Custos de construção		-	(31.189)	(31.189)	-	(27.476)	(27.476)
Provisões		(3.010)	-	(3.010)	(75)	-	(75)
Outros custos operacionais		112	(228)	(116)	(1.150)	-	(1.150)
RESULTADO DA ATIVIDADE		12.200	(5.546)	6.654	26.625	(4.811)	21.814
Resultado financeiro	13	713	-	713	1.174	-	1.174
Receitas financeiras		799	-	799	1.226	-	1.226
Despesas financeiras		(86)	-	(86)	(52)	-	(52)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		12.913	(5.546)	7.367	27.799	(4.811)	22.988
Despesa com tributos sobre o lucro	17.4	(887)	61	(826)	(1.475)	185	(1.290)
Resultado líquido		12.026	(5.485)	6.541	26.324	(4.626)	21.698

d) Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2025	2024
Patrimônio líquido societário	147.346	121.396
Efeito dos ajustes de práticas contábeis		
Ativo contratual - CPC 47	(40.755)	(46.014)
Tributo IR/CS	(5.920)	(6.146)
Patrimônio líquido regulatório	100.671	69.236

e) Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2025	2024
Lucro líquido societário	6.541	21.698
Efeito dos ajustes de práticas contábeis		
Ativo contratual - CPC 47	7.355	6.064
Depreciação e amortização	(1.870)	(1.438)
Total dos ajustes de práticas contábeis	5.485	4.626
Lucro líquido regulatório	12.026	26.324

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Financeiras societárias da outorgada. Há diferenças entre as

práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação diferentes para alguns itens do balanço e da demonstração de resultado.

As principais alterações entre os saldos apresentados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias e nas Demonstrações Financeiras Societárias são como segue:

17.1. Ativos vinculados à concessão - Transmissão

Na contabilidade societária, quando a fase de construção da infraestrutura de transmissão é concluída, os ativos correspondentes permanecem classificados como ativos de contrato, considerando a sua vinculação às obrigações de desempenho durante o período da concessão, representadas pela disponibilidade/construção, operação e manutenção das linhas de transmissão, não existindo, assim, o direito incondicional de receber a contraprestação pelos serviços de construção a menos que a Companhia opere e mantenha a infraestrutura. Apenas após a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura, o ativo de contrato passa a ser classificado como ativo financeiro (contas a receber – concessionários – transporte de energia), uma vez que o recebimento da contraprestação somente depende da passagem do tempo.

Em conformidade ao previsto no CPC 47 Receita de Contrato com Cliente, na contabilidade societária é realizada a alocação da margem às obrigações de performance do contrato de concessão e determinada taxa implícita de desconto a ser considerada para reconhecimento da remuneração financeira.

A margem alocada à obrigação de performance de construção da infraestrutura é definida com base nas melhores estimativas e expectativas da Administração sobre a rentabilidade dos projetos implementados pela Companhia.

A taxa de desconto relativa ao componente financeiro do ativo de contrato de concessão representa a melhor estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos na infraestrutura de transmissão, que representa o percentual aproximado do que seria o preço à vista a ser cobrado pela infraestrutura construída ou melhorada pela concessionária em uma operação de venda. A taxa implícita para precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão é estabelecida no início dos investimentos e considera o risco de crédito das contrapartes.

Nas alterações da tarifa por ocasião das revisões tarifárias periódicas, o ativo de contrato é remensurado, trazendo a valor presente as RAPs futuras pela taxa implícita identificada originalmente para o ativo de contrato, confrontando-se o resultado encontrado com o saldo contabilizado, para reconhecimento do ganho ou perda no resultado.

Dos valores faturados de receita de concessão de transmissão, representada pela

Receita Anual Permitida (“RAP”), a parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao resultado do exercício e a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação dos ativos, é baixada do ativo de contrato. As adições por expansão e reforço geram fluxo de caixa adicional e, portanto, são incorporadas ao saldo do ativo de contrato.

Na contabilidade regulatória, os saldos dos ativos vinculados à concessão da transmissão são apresentados nas rubricas de ativo Imobilizado e intangível, sendo os saldos ajustados pela base de remuneração regulatória (BRR) homologada na última revisão tarifária e as adições ocorridas a partir dessa data com base no custo de aquisição, em conformidade à sua natureza, com o registro da depreciação, amortização e baixas dos ativos.

Em função das diferenças mencionadas acima, na contabilidade regulatória são reconhecidas as despesas de depreciação, amortização e realização dos ativos com efeito no patrimônio líquido (ajuste de avaliação patrimonial), sendo que na contabilidade societária a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação dos ativos, é baixada do ativo de contrato quando os valores são faturados, representados pela Receita Anual Permitida (“RAP”).

17.2 Receita de construção e custo de construção

Na contabilidade regulatória não são registrados receitas e custos de construção. Na contabilidade societária os custos relacionados à construção da infraestrutura são registrados no resultado quando incorridos. As receitas de construção e melhoria são reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão da obra, com base nos custos efetivamente incorridos, acrescidos da margem de construção.

17.3 Impostos, taxas e contribuições

Na contabilidade societária é registrado o diferimento de PIS/Pasep e Cofins sobre a remuneração financeira do ativo de contrato e sobre as receitas de construção e melhoria vinculadas aos contratos de transmissão.

Na contabilidade societária, as receitas de construção correspondem à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura de transmissão. São reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão das obras e mensuradas com base no custo incorrido somado ao PIS/Pasep e Cofins incidentes e à margem de rentabilidade do projeto, em conformidade ao previsto no CPC 47 – Receita de contrato de cliente e no Ofício Circular CVM/SNC/SEP 04/2020, emitido em 1º de dezembro de 2020. Mais informações na nota de conciliação nº 17.2.

Na contabilidade regulatória não são registrados receitas e custos de construção.

17.4 Efeitos fiscais – Imposto de renda e contribuição social

A Companhia registrou os efeitos fiscais em linha com a técnica de funcionamento 7.2.37 do MCSE e refletiu os impactos tributários decorrentes dos ajustes de diferença de práticas contábeis mencionadas acima.

* * * * *

Demétrio Alexandre Ferreira
Diretor- Presidente

Leonardo George de Magalhães
Diretor

Fredstwon Reis Pereira
Diretor

Luiza de Almeida Pereira Lopes
Superintendente de Controladoria

Bruno Philipe Silvestre Rocha
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC – MG - 121.569/O-7

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades as quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidades de multa do Grupo V inciso XVII, da Resolução Normativa nº 846, de 11 de junho de 2019, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Belo Horizonte, 31 de julho 2026

Outorgada: Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A.

Demétrio Alexandre Ferreira
Diretor- Presidente

Fredstwon Reis Pereira
Diretor

Leonardo George de Magalhães
Diretor

Luiza de Almeida Pereira Lopes
Superintendente de Controladoria

Bruno Phillipe Silvestre Rocha
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador- CRC-MG-121.569/O-7

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 846, DE 11 DE JUNHO DE 2019

Art. 13º - Constitui infração do Grupo V:

(...)

XVII – Fornecer documentos ou informações falsas à ANEEL;

CÓDIGO PENAL

Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.

Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.